

**INEPAR S/A – INDÚSTRIA E
CONSTRUÇÕES - Em Recuperação
Judicial**

**Demonstrações Financeiras
Período findo em 30 de junho de 2024**

Conteúdo

Comentário de Desempenho

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações
Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor
Independente

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

A Administração da INEPAR S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial, em cumprimento às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e às práticas contábeis brasileiras, em atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, submete à apreciação dos acionistas os fatos e eventos do 2º trimestre, ano de 2024, bem como os Comentários de Desempenho, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao período findo em 30 de junho de 2024.

2) Desempenho do 1º semestre de 2024

Fontes de Receita

A Companhia reportou ao final do 1º semestre de 2024 uma receita bruta de R\$ 3,3 milhões (resultado consolidado da controladora e todas as controladas). As receitas de 2024 foram superiores ao mesmo período do ano de 2023, que foi de R\$ 3,0 milhões.

Há a perspectiva de recuperação do nível de atividade nos próximos meses do ano em função de um maior esforço comercial na diversificação de clientes, bem como na retomada de cotações para a Petrobras, com o fim das punibilidades havidas em razão da lava Jato.

Fato importante é que a empresa, em junho/24 conseguiu sua habilitação para voltar a cotar produtos e serviços junto à Petrobras, uma vez atendidas todas as exigências em termos de política de Compliance principalmente.

Ressaltamos que no passado, Petrobrás representava 70% do faturamento do Grupo.

Algumas expectativas na área metroferroviária também tem se mostrado promissoras no intuito dessa retomada gradual do nível de atividade.

Nossa expectativa é terminar o ano de 2024 com uma carteira de pedidos que proporcione o equilíbrio das contas operacionais, após vários anos de desequilíbrio.

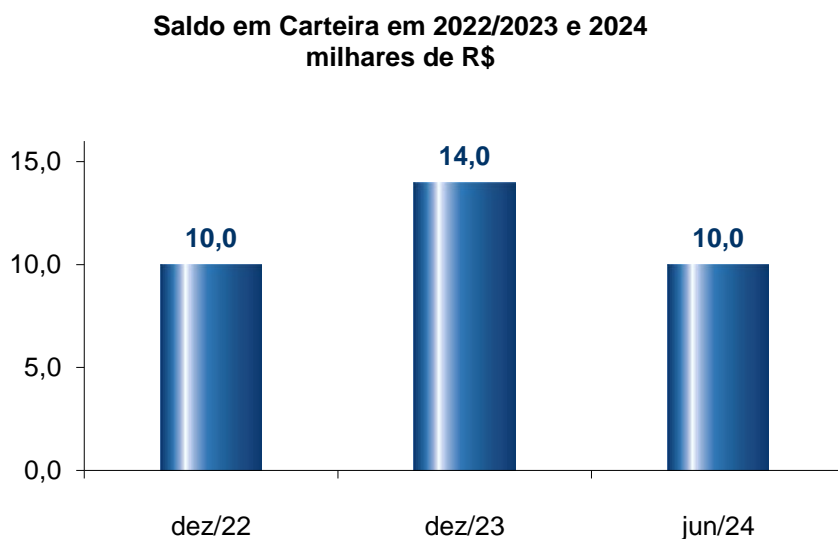
Resultado Econômico

A Companhia apresentou prejuízo acumulado no 1º semestre de 2024 de R\$ 153,9 milhões, enquanto que no mesmo período de 2023 foi apurado um prejuízo de R\$ 144,9 milhões. Neste 1º semestre o resultado foi impactado pelas despesas financeiras, no montante de R\$ 67,5 milhões, em função do reconhecimento das correções dos passivos financeiros, principalmente a dívida com o BNDES, a dívida tributária e o prejuízo advindo da equivalência junto à CBD.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

A carteira de pedidos no 1º semestre, apresenta uma estabilização em comparação aos valores dos trimestres anteriores, conforme demonstrado abaixo:



Apresentamos a seguir uma **PROJEÇÃO** do Balanço Gerencial de 30/06/24 considerando os valores dos seguintes ativos: (i) ativos monetizáveis compostos pelo FIDC Taranis, (ii) pelos ativos monetizáveis fora do FIDC.

Nenhum destes pontos foram contabilizados no Balanço auditado, em que pese todos os custos relacionados a estes já foram devidamente computados e contabilizados.

Tal projeção se faz necessária em função das orientações de nossos auditores, em relação às restrições de contabilização impostas pelas regras contábeis vigentes e extremamente rígidas. Entendemos que este Balanço Gerencial, demonstra melhor a posição de ativos e passivos da Companhia, uma vez realizados, de forma conservadora, os ativos aqui indicados.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

Balanco Gerencial

(Em milhares de reais)

	Consolidado	
	Balanco Patrimonial 30/06/2024	Balanco Projetado 30/06/2024
ATIVO		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.279	1.279
Contas a receber de clientes	1.139	1.139
Títulos e valores mobiliários	9	9
Estoques	11.281	11.281
Impostos a recuperar	68.451	68.451
Dividendos a receber	14.796	14.796
Outros créditos	1.913	1.913
Total do Ativo Circulante	98.868	98.868
Não Circulante		
Contas a receber de clientes	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	688	861.688
Impostos a recuperar	81.290	307.355
Depósitos judiciais	75.699	75.699
Outros créditos	6.579	1.469.988
Investimentos	186.999	186.999
Imobilizado	123.955	123.955
Intangível	391.530	391.530
Total do Ativo Não Circulante	1.000.739	3.551.213
Total do Ativo	1.099.607	3.650.081

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

	Consolidado	
	Balança Patrimonial	Balança Projetado
PASSIVO	30/06/2024	30/06/2024
Circulante		
Fornecedores	67.251	67.251
Instituições financeiras	399.060	399.060
Debêntures	16.652	16.652
Obrigações sociais e trabalhistas	157.139	157.139
Obrigações fiscais e tributárias	136.661	136.661
Dividendos propostos	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	38.748	38.748
Títulos a pagar	124.602	124.602
Outras contas a pagar	181.943	181.943
Total do Passivo Circulante	1.125.397	1.125.397
Não Circulante		
Instituições financeiras	217.459	217.459
Debêntures	266.073	266.073
Obrigações fiscais e tributárias	332.604	332.604
Partes relacionadas	146.033	146.033
Tributos diferidos	81.114	942.749
Títulos a pagar	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	2.303	2.303
Provisões para contingências	180.637	180.637
Provisão passivo a descoberto	12.339	12.339
Outras contas a pagar	1.397	1.397
Total do Passivo Não Circulante	1.254.919	2.116.554
Patrimônio Líquido		
Participação dos minoritários	2.556	2.556
Patrimônio líquido da controladora		
Capital social	543.687	543.687
Gasto com subscrição de ações	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	184.417	184.417
Reserva de reavaliação	25.438	25.438
Debêntures perpétuas	231.404	231.404
Créditos quirografários a converter	16.914	16.914
Prejuízos acumulados	(3.101.382)	(1.412.543)
Ajuste de avaliação patrimonial	819.330	819.330
	(1.283.265)	405.574
Total do Patrimônio Líquido	(1.280.709)	408.130
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.099.607	3.650.081

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

Notas explicativas relativas ao Balanço Gerencial Projetado

01- No Balanço Patrimonial de 30/06/24, a Companhia não registrou os valores totais dos pleitos apresentados aos clientes. No entanto, devido à alta probabilidade histórica de êxito, estes foram incluídos para demonstração do balanço gerencial da Inepar S.A Indústria e Construções - Em Recuperação Judicial. Estes pleitos compreendem discussões jurídicas e administrativas de alterações no escopo e preços de contratos de prestações de serviços e venda de equipamentos, já encerrados junto aos clientes das Organizações Inepar. Os valores dos pleitos estão lançados na linha de outros créditos, no valor provável de recebimento de R\$ 1,463 bilhões, de um total em discussão de R\$ 2,530 bilhões, representando 62% de êxito, totalmente compatíveis com nossa média histórica.

02- Na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários estão lançados os ativos aportados no FIDC Taranis-NP, também representados por aditivos contratuais em discussões jurídicas e administrativas.

O FIDC Taranis é constituído sob a forma de condomínio fechado, e destina-se exclusivamente a investidores qualificados, tal qual como definidos pela legislação vigente.

As Companhias efetuaram um aporte no valor de R\$ 619,1 milhões, através dos créditos oriundos de processos judiciais em andamento, que hoje somam aproximadamente R\$ 1,379 bilhões. A monetização destes ativos tem sua eficácia comprovada historicamente acima de 62% e foram analisados e avaliados por empresas especializadas que acataram o valor de face com um desconto por eventuais insucessos, superior a 40%. Nossa expectativa de monetização destes claims é da ordem de R\$ 861 milhões ao longo dos próximos anos.

A Evolução do Plano de Recuperação Judicial

No final de 2014, a Companhia, devido ao ambiente macroeconômico e político do Brasil nos últimos anos e, por consequência, as pressões estruturais, dinâmica inflacionária e elevada taxa de juros em um ambiente de baixo crescimento e desconfiança, principalmente em nosso ramo de atuação industrial e de infraestrutura, obrigou-se a implantar um plano global de reestruturação que culminou no seu pedido de Recuperação Judicial.

Em 15 de maio de 2015, os credores da Inepar e de suas principais empresas, reunidos em Assembleia Geral, deliberaram pela aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto pelas empresas em recuperação.

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

Dentro do contexto da recuperação:

- Os ativos da IESA/Inepar foram avaliados em R\$ 3,2 bilhões em novembro de 2014.
- O Plano de recuperação judicial do Grupo Inepar/Iesa foi aprovado por 90% dos credores.
- Redução do passivo sujeito à RJ de aproximadamente R\$ 2,4 bilhões.
- Pagamento do passivo sujeito à RJ via conversão da dívida em patrimônio líquido com emissão de debêntures perpétuas conversíveis em ações da INEP3. Com a eventual conversão das debêntures em ações, o capital da empresa passaria a ser pulverizado e, com uma base acionária muito maior, sendo que o conjunto da participação dos credores concursais passará a deter 83,5% de participação societária.
- A Reestruturação promoveu a liberação de bloqueios e desonerou 6 ativos “non core” que foram fonte de recursos para a estabilização da Companhia.
- Maior conversão de dívida em participação da história do país via solução inovadora, com a emissão das debêntures perpétuas, não exigíveis e conversíveis em ações ordinárias da Companhia (“INEP3”), remuneradas por lucro, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.
- Liquidação superior a 99% dos compromissos assumidos com o plano de recuperação judicial.
- Monetização de ativos superior ao pactuado no Plano de Recuperação Judicial, avaliado à época do Plano por R\$ 658 milhões, e que, até a publicação deste Balanço, obteve um resultado muito superior, totalizando R\$ 1,030 bilhões, o que demonstra a seriedade e eficácia dos diversos “claims” em discussão administrativa e/ou judicial pela Companhia.

Vale salientar que 100% da dívida exigível para encerramento da Recuperação Judicial, já foi devidamente liquidada, conforme demonstrado abaixo, e que, a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente seus débitos, bem como buscando recursos para liquidar o saldo dos credores das Classes I e IV, valores estes devidos pós biênio de fiscalização:

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$ M)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 depositado judicialmente	Em discussão BNDES		R\$ 227,7
Classe III	-			R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	R\$ 0,0	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

Neste cenário, em 17 de novembro de 2022, o D. Juízo da Recuperação Judicial reconheceu o cumprimento do Plano de Recuperação no período de fiscalização e proferiu a decisão de encerramento da Recuperação Judicial.

Aproveitamento dos Atos para Alienação da UPI IPM / IOG

A estratégia de manutenção do Leilão das UPI's IPM e IOG se mostrou correta, uma vez que havia um novo interessado, a Euroinvest, com proposta de compra das UPI's por US\$ 153 milhões.

Em 05 agosto de 2024, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, concedeu a EUROINVEST, a prorrogação do prazo de 60 dias corridos para que a mesma efetue o pagamento do valor de US\$ 153 milhões referentes a aquisição das UPI's IPM e IOG.

Da Continuidade das operações

No curto prazo, a empresa tem como principais objetivos:

- Recompôr a sua carteira de pedidos visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa;
- Retomada das cotações de produtos e serviços junto à Petrobrás;
- Encerrar positivamente o processo de venda das UPI's IPM e IOG;
- Renegociar com seus principais credores extraconcursais de forma a proporcionar um casamento entre os passivos e os ativos da companhia;
- Renegociação da dívida junto ao BNDES;

INEPAR S.A. INDÚSTRIA E CONSTRUÇÕES
Em Recuperação Judicial
CNPJ Nº 76.627.504/0001-06

COMENTÁRIOS DE DESEMPENHO
ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS EM IFRS EM
30 DE JUNHO DE 2024

- A monetização de seus ativos judicializados superiores a R\$ 4 bilhões;
- A monetização de outros ativos de sua propriedade.

AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Resolução da CVM nº 162, de 13 de julho de 2022, a INEPAR informa que neste 2º trimestre encerrado em 30 de junho de 2024 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Muller & Prei Auditores Independentes S/S. A Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas da Companhia e de suas controladas estão de acordo com as normas internacionais dos relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às normas e disposições da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao 2º trimestre findo em 30 de junho de 2024 e com referência as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, informa que compreende os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entende que a Empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo deste Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller& Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Balanco Patrimonial

Período findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Circulante					
Disponibilidades		-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5	57	1.092	1.279	2.041
Contas a receber de clientes	6	66	62	1.139	666
Títulos e valores mobiliários	7	9	9	9	9
Estoques	8	-	-	11.281	10.425
Tributos a recuperar	10	4.375	4.499	68.451	77.272
Dividendos a receber		-	-	14.796	14.796
Despesas Antecipadas	9	-	-	-	314
Outros créditos	11	379	372	1.913	1.559
Total do ativo circulante		4.886	6.034	98.868	107.082
Não circulante					
Contas a receber clientes	6	44.532	44.532	133.999	133.999
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	688	688
Tributos a recuperar	10	33.163	39.975	81.290	86.169
Depósitos judiciais	31	51.362	51.294	75.699	75.699
Outros créditos	11	-	-	6.579	6.579
Investimentos	12	907.449	566.345	186.999	235.588
Imobilizado	13	70.724	72.204	123.955	129.228
Intangível	14	3	391.516	391.530	391.573
Total do ativo não circulante		1.107.233	1.165.866	1.000.739	1.059.523
Total do ativo		1.112.119	1.171.900	1.099.607	1.166.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial

Período findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores		31.342	30.663	67.251	65.079
Instituições financeiras	15	258.115	250.382	399.060	384.950
Debêntures	16	16.652	15.996	16.652	15.996
Obrigações sociais e trabalhistas	18	9.775	8.953	157.139	152.629
Obrigações fiscais e tributárias	17	67.107	65.614	136.661	132.909
Dividendos propostos		3.317	3.317	3.341	3.341
Adiantamentos de clientes	20	-	30	38.748	36.011
Títulos a pagar		124.601	116.488	124.602	116.488
Outras contas a pagar	25	55.382	58.799	181.943	168.783
Total do passivo circulante		566.291	550.242	1.125.397	1.076.186
Não circulante					
Exigível a longo prazo					
Fornecedores		-	-	-	-
Instituições financeiras	15	217.459	219.954	217.459	219.954
Debêntures	16	266.073	255.192	266.073	255.192
Obrigações fiscais e tributárias	17	182.189	176.849	332.604	322.203
Partes relacionadas	22	302.019	285.788	146.033	127.217
Tributos diferidos	21.1	32.987	31.329	81.114	79.081
Títulos a pagar		-	-	14.960	14.960
Provisão de custos e encargos	19	2.303	2.303	2.303	2.303
Provisões para contingências	23	73.745	73.745	180.637	180.637
Provisão passivo à descoberto	24	752.318	706.146	12.339	12.157
Outras contas a pagar	25	-	-	1.397	1.362
Total do passivo não circulante		1.829.093	1.751.306	1.254.919	1.215.066
Patrimônio líquido / (Passivo a descoberto) da controladora					
Capital social	26 a	543.687	542.625	543.687	542.625
Gastos com subscrição de ações		(3.073)	(3.073)	(3.073)	(3.073)
Reserva de capital	26 b	184.417	180.292	184.417	180.292
Reserva de reavaliação	26 c	25.438	28.979	25.438	28.979
Debêntures perpétuas	26 d	231.404	236.591	231.404	236.591
Créditos quirografários a converter	26 e	16.914	16.914	16.914	16.914
Prejuízos acumulados		(3.101.382)	(2.952.300)	(3.101.382)	(2.952.300)
Ajuste de avaliação patrimonial	26 f	819.330	820.324	819.330	820.324
		(1.283.265)	(1.129.648)	(1.283.265)	(1.129.648)
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)					
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas minoritários		-	-	2.556	5.001
Total do patrimônio líquido / Passivo a descoberto		(1.283.265)	(1.129.648)	(1.280.709)	(1.124.647)
Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		1.112.119	1.171.900	1.099.607	1.166.605

Inepar S/A. Indústria e Construções - Em recuperação judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Resultado

Período findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ITR do Atual 01/04/2024 a 30/06/2024	ITR Acumulado 01/01/2024 a 30/06/2024	ITR do Atual 01/04/2023 a 30/06/2023	ITR Acumulado 01/01/2023 a 30/06/2023	ITR do Atual 01/04/2024 a 30/06/2024	ITR Acumulado 01/01/2024 a 30/06/2024	ITR do Atual 01/04/2023 a 30/06/2023	ITR Acumulado 01/01/2023 a 30/06/2023
Receita operacional bruta	-	-	-	-	938	3.263	1.647	3.096
Deduções e impostos sobre vendas	-	-	-	-	(196)	(641)	(365)	(530)
Receita operacional líquida	-	-	-	-	742	2.622	1.282	2.566
Custos dos produtos e serviços	-	-	-	-	(1.008)	(4.936)	(2.554)	(5.127)
Lucro bruto	-	-	-	-	(266)	(2.314)	(1.272)	(2.561)
Receitas [Despesas] operacionais	(74.107)	(109.382)	(39.963)	(73.641)	(61.588)	(81.380)	(13.162)	(22.066)
Despesas com vendas	(14)	(18)	(12)	(45)	(173)	(441)	(280)	(561)
Perdas no recebimento de crédito com clientes	(11)	(14)	(444)	(444)	(11)	(11)	(444)	(387)
Administrativas e gerais	(6.304)	(9.637)	(4.257)	(7.994)	(10.548)	(17.841)	(9.897)	(17.942)
Provisões para contingências	(598)	(819)	(61)	(61)	(739)	(819)	(101)	(101)
Outras receitas e despesas operacionais	(1.703)	(894)	418	(250)	(2.512)	(12.085)	(228)	1.555
Resultado da avaliação de investimentos	(65.477)	(98.000)	(35.607)	(64.847)	(47.605)	(50.183)	(2.212)	(4.630)
Resultado operacional	(74.107)	(109.382)	(39.963)	(73.641)	(61.854)	(83.694)	(14.434)	(24.627)
Despesas financeiras	(11.283)	(37.312)	(34.402)	(70.871)	(26.183)	(67.571)	(60.566)	(122.412)
Receitas financeiras	27	128	1.389	1.884	396	705	1.568	2.336
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(85.363)	(146.566)	(72.976)	(142.628)	(87.641)	(150.560)	(73.432)	(144.703)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(9.100)	(4.902)	(63)	-	(7.497)	(3.346)	(946)	(231)
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	(94.463)	(151.468)	(73.039)	(142.628)	(95.138)	(153.906)	(74.378)	(144.934)
Atribuído a:								
Participação dos acionistas controladores					(94.463)	(151.468)	(74.378)	(144.934)
Participação dos acionistas não controladores					(675)	(2.438)	3.273	2.306
					(95.138)	(153.906)	(71.105)	(142.628)
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício						31.978.720		24.059.043
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício						12.627.232		12.627.232
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$						44.605.952		36.686.275
Lucro/(Prejuízo)básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$						(3.3554)		(3.8192)
						(3.6909)		(4.2011)

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido / (Passivo a descoberto)

Período findo em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital Social		Reservas de Lucros		Lucros ou (Prejuízos) acumulados	Debêntures perpétuas	Créditos a converter	Reservas de reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial		Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	Participação dos não controladores no patr.liq. das controladas	Total patrimônio líquido
	Subscrito	(-) Gastos com Subscrição de ações	Reservas de Capital	Ações em Tesouraria					Custo atribuído AAP	Ajuste de avaliação patrimonial			
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2023	495.461	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.437.317)	263.503	16.914	23.126	42.205	803.415	(1.623.777)	3.124	(1.620.653)
Resultado do período					(142.628)						(142.628)	(2.999)	(145.627)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					2.080						2.080		2.080
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas						(663)				(11.819)	(12.482)	-	(12.482)
Outros resultados abrangentes											(12.482)	-	(12.482)
Resultado abrangente total											(153.030)	(2.999)	(156.029)
Aumento de capital - 373ª RCA de 30/03/2023	1.336					(1.336)							
Realização da reserva reavaliação					324			(324)			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					394				(394)		-		-
Saldos finais em 30 de junho de 2023	496.797	(3.073)	180.292	(8.303)	(3.577.147)	261.504	16.914	22.802	41.811	791.596	(1.776.807)	125	(1.776.682)
Resultado do período					617.456						617.456	5.596	623.052
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					2.081						2.081		2.081
Ajuste conversão s/ coligada no exterior											-	(720)	(720)
Ajuste de Av. Patrimonial									6.736		6.736		6.736
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas						20.915			-		20.915	-	20.915
Conversão de debêntures perpétuas									(29)		(29)		(29)
Outros resultados abrangentes											27.622	(720)	26.902
Resultado abrangente total											647.159	4.876	652.035
Aumento de capital - 377ª RCA de 25/07/2023	29.664					(29.664)							
Aumento de capital - 379ª RCA de 29/09/2023	509					(509)							
Aumento de capital - 381ª RCA de 17/11/2023	15.655					(15.655)							
Realização da reserva reavaliação					(6.177)			6.177			-		-
Realização do custo atribuído ao imobilizado					19.790				(19.790)		-		-
Saldos Iniciais em 01 de Janeiro de 2024	542.625	(3.073)	180.292	(8.303)	(2.943.997)	236.591	16.914	28.979	22.021	798.303	(1.129.648)	5.001	(1.124.647)
Resultado do período					(151.468)						(151.468)	(2.438)	(153.906)
Ajuste patrimonial reflexo de investida (CBD)					2.080						2.080		2.080
Ganhos/Perdas de capital s/ coligadas									(662)		(662)	(7)	(669)
Ajuste de Av. Patrimonial					(3.567)				-		(3.567)		(3.567)
Outros resultados abrangentes											(4.229)	(7)	(4.236)
Resultado abrangente total											(153.617)	(2.445)	(156.062)
Aumento de capital - 383ª RCA de 26/02/2024	1					(1)							
Aumento de capital - 386ª RCA de 04/04/2024	61					(61)							
Aumento de capital - 95ª ata de 20/05/2024	1.000		4.125			(5.125)							
Transações de capital com os Sócios											-	-	-
Realização da reserva reavaliação					3.541			(3.541)					
Realização do custo atribuído ao imobilizado					332				(332)		-		-
Saldos finais em 30 de junho de 2024	543.687	(3.073)	184.417	(8.303)	(3.093.079)	231.404	16.914	25.438	21.689	797.641	(1.283.265)	2.556	(1.280.709)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do resultado abrangente

Período findo em 30 de Junho de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Período 01/01/2024 à 30/06/2024	Trimestre Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado Período Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado Atual Período 01/01/2024 à 30/06/2024	Trimestre Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado Período Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
Resultado líquido do período	(94.463)	(151.468)	(73.039)	(142.628)	(94.463)	(151.468)	(73.039)	(142.628)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	(676)	(2.438)	(2.032)	(2.999)
Ajuste patrimonial reflexo de investida	1.040	2.080	1.040	2.080	1.040	2.080	1.040	2.080
Ajuste de Av. Patrimonial	(3.567)	(3.567)	-	-	(3.567)	(3.567)	-	-
Ganhos/perdas de capital s/ coligadas	(322)	(662)	-	-	(283)	(669)	-	-
Ajuste de ganhos na conversão de debêntures perpétuas	-	-	(12.482)	(12.482)	-	-	(12.482)	(12.482)
Resultado abrangente do período	(97.312)	(153.617)	(84.481)	(153.030)	(97.949)	(156.062)	(86.513)	(156.029)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (Método indireto)

Período findo em 30 de Junho de 2024
(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Atividades operacionais				
Resultado do período antes do IR e CS	(146.566)	(142.628)	(150.560)	(144.703)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes				
Depreciações e amortizações	1.480	1.484	5.316	3.264
Alienação de imobilizado/investimentos	-	-	-	64
Resultado de equivalência patrimonial	98.000	64.847	50.183	4.630
Ajuste de atualização de debêntures	-	(1.670)	-	(1.670)
Participação de acionistas não controladores	-	-	2.438	2.306
Variações monetárias e cambiais	5.238	16.227	11.515	27.122
Provisões (Reversões)	-	1	-	-
Resultado do período ajustado	(41.848)	(61.739)	(81.108)	(108.987)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(4)	714	(473)	859
Estoques	-	-	(856)	(2.550)
Impostos a recuperar	6.936	(29)	13.700	(34)
Despesas antecipadas	-	-	314	-
Outros créditos	(76)	12.946	(354)	12.360
	6.856	13.631	12.331	10.635
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	679	133	2.172	1.131
Salários e encargos sociais	823	857	4.510	4.852
Impostos e contribuições a recolher	22	25.342	9.279	52.809
Adiantamentos de clientes	(30)	-	2.737	899
Títulos a pagar	8.112	11.449	8.114	11.449
Outras contas a pagar	(3.417)	1.593	10.750	7.547
	6.189	39.374	37.562	78.687
Total do caixa gerado (Consumido) pelas atividades de investimentos	(28.803)	(8.734)	(31.215)	(19.665)
Atividades de investimentos				
Ganho sobre participações societárias	-	-	-	1
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	(1)
Aquisições imobilizados e Intangíveis	-	-	-	(313)
Operações de mútuos com empresas ligadas	(242.433)	(9.600)	(246.610)	(22.637)
Total do caixa gerado(consumido) pelas atividades de investimentos	(242.433)	(9.600)	(246.610)	(22.950)
Atividades de financiamentos				
Captação de financiamentos e empréstimos	-	-	100	22.379
Amortização de financiamentos e empréstimos - principal	-	(501)	-	(22.201)
Operações de mútuos com empresas ligadas	258.664	12.166	265.426	34.074
Debêntures	11.537	5.332	11.537	5.332
Aumento de capital	-	1.336	-	1.336
Total caixa gerado (Consumido) pelas atividades de financiamentos	270.201	18.333	277.063	40.920
Total do aumento (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.035)	(1)	(762)	(1.695)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	1.092	23	2.043	1.919
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	57	22	1.281	224
Total do aumen (Redução) do caixa e equivalentes de caixa	(1.035)	(1)	(762)	(1.695)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial
C.N.P.J. M.F - Nº 76.627.504/0001-06

Demonstração do Valor Adicionado

Período findo em 30 de Junho de 2024

(Em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Receitas	(1.728)	(302)	1.724	6.882
Venda de mercadorias, produtos e serviços	-	-	3.187	3.095
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14)	(444)	(11)	(386)
Outras Receitas / Despesas	(1.714)	142	(1.452)	4.173
Insumos adquiridos de terceiros	(6.050)	(5.967)	(23.912)	(16.240)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(2.346)	(3.084)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.050)	(5.967)	(21.566)	(13.156)
Valor adicionado bruto	(7.778)	(6.269)	(22.188)	(9.358)
Depreciação e Amortização	(1.480)	(611)	(3.516)	(1.942)
Valor adicionado líquido	(9.258)	(6.880)	(25.704)	(11.300)
Valor adicionado recebido em transferência	(97.872)	(62.963)	(49.478)	(2.293)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(98.000)	(64.847)	(50.183)	(4.630)
Receitas Financeiras	128	1.884	705	2.337
Valor adicionado total a distribuir	(107.130)	(69.843)	(75.182)	(13.593)
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	1.735	1.524	5.367	5.431
Salários e encargos	867	899	3.012	3.311
Benefícios	769	555	2.063	1.871
FGTS	99	70	292	249
Impostos, taxas e contribuições	4.902	-	5.307	3.035
Federais	4.902	-	5.112	2.798
Estaduais	-	-	179	228
Municipais	-	-	16	9
Remuneração de capitais de terceiros	37.701	71.261	68.050	122.875
Juros	37.312	70.870	67.571	122.412
Aluguéis	389	391	479	463
Remuneração de capitais próprios	(151.468)	(142.628)	(153.906)	(144.934)
Resultado do Período	(151.468)	(142.628)	(151.468)	(142.628)
Participação de acionistas minoritários	-	-	(2.438)	(2.306)
Valor adicionado total distribuído	(107.130)	(69.843)	(75.182)	(13.593)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 1 - Contexto operacional

A Inepar S.A Indústria e Construções é uma Companhia de capital aberto e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. nº 76.627.504/0001-06, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 35 3.0035492 3, e está sediada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Alameda Dr. Carlos de Carvalho nº 373, conjunto nº 1101, 11º andar, Centro, CEP 80410-180.

A Companhia tem como atividade a criação de soluções integradas, fabricação e o fornecimento de equipamentos e serviços destinados a geração, transmissão, distribuição e consumo de energia elétrica; exploração e beneficiamento de petróleo e gás; infraestrutura para movimentação de cargas; transporte ferroviário e metroviário; implantação e expansão de sistemas de infraestrutura para telecomunicações; participação em consórcios e em outras sociedades, no país e no exterior, na qualidade de sócio quotista ou acionista. Tais atividades são desempenhadas diretamente pela Companhia ou através de empresas controladas ou ligadas.

Nesse sentido, as empresas do Grupo Inepar detêm tecnologia, acervo técnico e capacidade fabril suficientes para atender a uma alta demanda do mercado de infraestrutura.

Apesar do processo de Recuperação Judicial, iniciado em 2014, a empresa conseguiu preservar seus principais ativos e acervos técnicos, e é nesse contexto que as empresas do Grupo Inepar/lesa se apresentam como uma excelente alternativa.

Também faz parte da nossa história a busca por novos parceiros e mercados, e neste momento estamos buscando parcerias importantes nas áreas de Saneamento, manutenção de equipamentos de transporte ferroviários entre outros.

Nota 1.1 Processo global da reestruturação e recuperação judicial

Em 29/08/2014, a Inepar S.A. Indústria e Construções, ajuizou em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/2005.

Em 15/09/2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela Inepar S.A. Indústria e Construções e demais empresas.

A Inepar, cumprindo os compromissos assumidos no Plano de Recuperação Judicial, efetuou diversas alienações das suas participações, dentre as quais destacamos:

- Venda da participação acionária da lesa no capital da TIISA-Infraestrutura S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Inepar Telecomunicações S.A.
- Venda da participação acionária da Inepar no capital da Andritz Hydro Inepar do Brasil S.A.
- Alienação da participação acionária da Penta Participações e Investimentos Ltda. no capital das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. (atual Energisa Mato Grosso S.A.).
- Venda da participação acionária da lesa no capital da Inepar Capacitores S.A.
- Venda de parte das máquinas e parte do imóvel (fábrica) que compõem a UPI IPM de Araraquara.

Em 21/05/18 foi realizado o leilão da UPI que compreendeu os seguintes ativos:

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1-Parcela da UPI IPM que compreendem apenas ativos relativos à unidade de produção de hidro geração.

2-Fração da planta de Araraquara, constituída por uma área equivalente a (i) 54.017,20 metros quadrados de área coberta; e (ii) 35.421,02 metros quadrados de área descoberta; totalizando 89.438,22 metros quadrados. Vale destacar que a planta de Araraquara foi desmembrada em partes, na forma de condomínio indústria.

Outro item importante que destacamos refere-se as emissões das debentures perpétuas conversíveis em ações, remuneradas por lucros, sem desconto no valor de face das dívidas novadas e com elementos de melhores práticas de governança corporativa.

Constituição do FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase final de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos e demais credores.

Além dos créditos em discussão integralizados no FIDC Taranis, a empresa possui também um volume muito grande outros créditos da mesma categoria que da mesma forma serão utilizados para a liquidação das dívidas concursais e extraconcursais da Companhia.

A Companhia tem demonstrado uma excelente performance na monetização destes Ativos (claims) ao longo da sua história e não foi diferente durante esse período de recuperação judicial, com monetizações que chegam a R\$ 1 bilhão, com média de recuperação dos ativos de R\$ 250 milhões por ano, nos últimos 3 anos.

A Companhia, mantém seu interesse na alienação das UPI's IPM e IOG, visando a obtenção de recursos para o cumprimento final das obrigações previstas no Plano de Recuperação Judicial, bem como, para prosseguir com os planos futuros da retomada do crescimento.

Em 07/11/2022, a Companhia cumprindo prazo processual, peticionou ao Juiz da Recuperação Judicial, o total cumprimento das obrigações relativas ao biênio de fiscalização, nas classes I, II, III e IV, o que permite viabilizar a critério do Juiz o encerramento do processo de Recuperação Judicial,

Com referência a proposta recebida da empresa EUROINVEST, para comprar as UPI's IPM e IOG, pelo valor de US\$ 153 milhões de dólares, a 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, concedeu prazo de 60 dias corridos para a EUROINVEST efetuar o pagamento, a partir de 05 de agosto de 2024.

A Companhia continua empenhada em recompor a sua carteira de pedidos, visando gerar novos empregos, bem como, equilibrar o seu fluxo de caixa e tem como objetivo encerrar a sua recuperação judicial no menor prazo possível, através da busca contínua por novos clientes, novos mercados e novos parceiros estratégicos.

Conforme demonstrado abaixo, aproximadamente 99% da dívida exigível para encerramento já foi devidamente liquidada, e a Companhia vem buscando uma composição junto ao BNDES para sanar definitivamente os seus débitos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

RJ GRUPO INEPAR - CONCURSAL				
Classe	Saldo devido incontroverso dentro do biênio (R\$ M)	Saldo devido incontroverso fora do biênio (R\$ M)	Saldo total devido (R\$ M)	Valor pago até o momento (R\$)
Classe I	-	R\$ 38,1	R\$ 38,1	R\$ 147,2
Classe II	R\$ 28,2 Depositado Judicialmente	Em discussão BNDES	-	R\$ 227,7
Classe III	-	-	-	R\$ 1.993,7
Classe IV	-	R\$ 13,5	R\$ 13,5	R\$ 27,2
TOTAL	-	R\$ 51,6	R\$ 51,6	R\$ 2.395,8

Nota 2- Bases de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“demonstrações financeiras”) foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A aprovação e autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de agosto de 2024.

A Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e de suas controladas, estando convencida de que possui os recursos necessários e capacidade de desenvolver seus negócios no futuro de forma contínua, não havendo o conhecimento de incertezas que possam gerar dúvidas significativas em relação à sua continuidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2 As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas compreendem:

a) Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

b) Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia e de suas Controladas

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente "CPCs") emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Nota 3–Resumo das principais práticas contábeis adotadas

3.1. Demonstrações Financeiras Consolidadas: As Demonstrações Financeiras Consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Inepar S.A Indústria e Construções e suas Controladas apresentadas abaixo:

<u>Empresas</u>	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	100,00	100,00
Penta Participações e Investimentos Ltda.	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	100,00	100,00
Taranis - Fundo de Inv.em Direitos Creditórios Não-Padronizados	100,00	100,00
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	0,01	0,01
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	99,99	99,99

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei Nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº11.638/07 e pela NBC TG 36 (R3), dos quais destacamos os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as Sociedades incluídas na consolidação;
- Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios com as empresas incluídas na consolidação;
- Destaque dos valores da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado;
- Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2. Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização nos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3. Compensações entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e essa compensação reflete a essência da transação.

3.4. Conversões em Moeda Estrangeira: Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional Real (R\$) que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados em milhares de Reais. Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC02-Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

3.5. Caixa e Equivalentes de Caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Companhia, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez.

3.6. Classificação e mensuração de ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados, e mensurados subsequentemente ao reconhecimento inicial, com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimento em instrumento patrimonial não mantido para negociação, que no reconhecimento inicial, a Companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

3.7. Contas a Receber de Clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para “*impairment*” foi constituída tendo por base a expectativa de perda esperada, sendo considerada suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

3.8. Estoques: Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método do custo médio. O custo dos produtos em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão-de-obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.9. Investimentos: Nas Demonstrações Financeiras da Controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

3.10. Imobilizado: A Companhia, com objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a atualização pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

recuperáveis, e a contrapartida está registrada em impostos a recuperar. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.11. Intangível: Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos Intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

3.12. Impairment de Ativos Não Financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por “*impairment*” é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa-UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido “*impairment*”, são revisados para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Anualmente, ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, incluindo o ágio, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”. Estes testes são realizados, de acordo com o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

3.13. Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.14. Empréstimos e Financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Provisões: As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada (*constructive obligation*), como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.16 Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: As despesas fiscais do período compreendem o IRPJ e a CSLL corrente e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

Os encargos de IRPJ e da CSLL corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O IRPJ e da CSLL diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da CSLL. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.

3.17 CPC06(R2) / IFRS16 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o pronunciamento CPC06(R1) / IAS17- Operações de arrendamento mercantil. A Administração da Companhia entende que o impacto produzido por essa Norma está no reconhecimento no balanço de contratos de prestação de serviços relacionados a aluguéis de edifícios. Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido, com uma distribuição de despesa maior no início e menor no final, se comparado com a contabilização atual das despesas de ocupação, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. Desta forma, a Companhia apurou o efeito estimado do registro do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento no balanço da Companhia, o qual não teve impactos relevantes para os saldos ativos e passivos da Companhia e suas controladas.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.18. Participações nos Lucros e Resultados: Os programas de participação nos lucros são definidos diretamente pelas empresas controladas e coligadas. No consolidado, a Controladora reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em programa devidamente aprovado pelo Sindicato da classe laboral e que leva em conta a avaliação de desempenho e metas setoriais.

3.19. Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência dos exercícios e inclui o reconhecimento do resultado dos contratos de construção por empreitada e fornecimentos, calculados pelos percentuais de estágios da execução dos projetos com base na relação existente entre a receita estimada atualizada e os custos orçados estimados e os custos incorridos.

3.20. Reconhecimento das Receitas de Vendas: A Companhia determinou quando e por quais montantes as receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas de acordo com o modelo composto por cinco etapas a seguir:

- 1) Identificação do contrato com o cliente;
- 2) Identificação das obrigações de desempenho;
- 3) Determinação do preço da transação;
- 4) Alocação do preço às obrigações de desempenho;
- 5) Reconhecimento quando ou enquanto a obrigação de desempenho é satisfeita.

Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando à medida que o cliente obtém o controle sobre o bem ou o serviço prometido.

Uma receita será sempre reconhecida quando os seus produtos e serviços são transferidos para outra entidade. Assim, adota-se a essência econômica da transferência do contrato em vez da figura jurídica da posse do bem respectivo.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções, bem como após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

3.21. Dividendos: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia.

3.22. Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis: A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) "impairment" dos ativos imobilizados, intangíveis;

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do IR e da CSLL;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito obtida, e
- f) mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e/ou anualmente.

3.23. Pronunciamentos contábeis e interpretações

As seguintes normas alteradas e interpretações não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

- Alterações no CPC 15 (R1): Definição/Combinação de negócios;
- Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência;
- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material;
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.
- CPC 50 / IFRS 17 Contratos de Seguro
- CPC 26 / IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis
- CPC 09 (R1) – Demonstração do valor adicionado (DVA)

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Não foram identificadas normas e interpretações novas e alteradas emitidas pelo IASB e pelo CPC, que ainda não estão em vigor.

A Administração da Companhia avalia constantemente os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nota 4 - Instrumentos financeiros

CPC48/IFRS9- Instrumentos financeiros: A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. Sendo as principais alterações, os novos critérios de classificação de ativos financeiros na mensuração entre valor justo e custo amortizado, e o novo modelo de *impairment* para ativos financeiros.

A Companhia avalia pelo valor justo todos os ativos financeiros que anteriormente estavam mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais e foram mantidos ao custo amortizado.

Este CPC48/IFRS9 exige ainda que, a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, como base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável, conforme as características dos ativos financeiros. Para essa avaliação a Companhia segregou os ativos financeiros com base em suas características de riscos e

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

particularidades operacionais. A Companhia após a avaliação, não identificou impactos em reação às práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis intermediárias.

a) Considerações gerais- A Inepar e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas, depósitos judiciais, outros ativos circulantes, outros ativos não circulantes, outros passivos circulantes e outros passivos não-circulantes. Em geral, para os instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada.

b) Valor de mercado - Os valores de mercado dos instrumentos financeiros anteriormente citados são iguais aos valores contábeis. O valor justo de empréstimos e financiamentos é baseado em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito e todos os demais instrumentos financeiros são substancialmente similares àqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de crédito- A característica dos serviços e fornecimentos executados pela Companhia e de suas controladas é de grandes empreendimentos, sendo que a maioria tem etapas de construção de médio e longo prazo e são pagos na medida em que vão sendo executados, reduzindo, desta forma, os riscos de créditos. Todos os preços são reajustados anualmente, conforme fórmula contratual.

Riscos de taxas de juros- O objetivo da política de gerenciamento de taxas de juros é de minimizar os possíveis impactos por conta das flutuações das taxas de juros indexadas aos seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia adota a estratégia de diversificar suas operações, lastreando seus instrumentos financeiros em taxas fixas e variáveis.

Riscos de taxas de câmbio- A Companhia está exposta ao risco de taxa de câmbio. Para reduzir esse risco a Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio.

Risco de liquidez- A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos. Dessa forma, a Companhia possui aplicações com vencimento em curto prazo e com liquidez imediata.

Gestão de risco de capital- Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital.

Análise de Sensibilidade

Exposição Cambial-Consolidado

A Companhia e suas controladas não apresentam empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira. Desta forma, deixamos de apresentar os riscos que poderiam gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

determinado pela CVM, apresentamos a seguir o demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Instrumentos Financeiros por Categoria: Em atendimento ao CPC 48, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Ativos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros em 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	1.067	-	1.067	Fornecedores	30.663	30.663
Aplicações financeiras	25	-	25	Empréstimos e financ.	250.382	250.382
Contas a receber	-	62	62	Debêntures	15.996	15.996
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Títulos a pagar	116.488	116.488
Outros créditos		372	372	Outras contas a pagar	58.799	58.799
Total circulante	1.092	443	1.535	Total circulante	472.328	472.328
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	219.954	219.954
Títulos a receber (d)	-	-	-	Debêntures	255.192	255.192
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	475.146	475.146
TOTAL GERAL	1.092	44.975	46.067	TOTAL GERAL	947.474	947.474

Ativos financeiros 30/06/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora			Passivos financeiros 30/06/2024 conforme balanço patrimonial	Controladora	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Aplicações financeiras	57	-	57	Fornecedores	31.342	31.342
Contas a receber	-	66	66	Empréstimos e financ.	258.115	258.115
Títulos valores mobiliários	-	9	9	Debêntures	16.652	16.652
Outros créditos	-	379	379	Títulos a pagar	124.601	124.601
				Outras contas a pagar	55.382	55.382
Total circulante	57	454	511	Total circulante	486.092	486.092
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber (b)	-	44.532	44.532	Empréstimos e financ.	217.459	217.459
				Debêntures	266.073	266.073
Total não circulante	-	44.532	44.532	Total não circulante	483.532	483.532
TOTAL GERAL	57	44.986	45.043	TOTAL GERAL	969.624	969.624

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros 31/12/2023 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	1.874	-	1.874	Fornecedores	65.079	65.079
Aplicações financeiras	167	-	167	Empréstimos e financiam.	384.950	384.950
Contas a receber	-	666	666	Debêntures	15.996	15.996
Titulos valores mobiliários	-	9	9	Titulos a pagar	116.488	116.488
Outros créditos	-	1.559	1.559	Outras contas a pagar	168.783	168.783
Total circulante	2.041	2.234	4.275	Total circulante	751.296	751.296
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	219.954	219.954
Titulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	255.192	255.192
Outros créditos	-	6.579	6.579	Outras contas a pagar	1.362	1.362
Total não circulante	-	141.266	141.266	Total não circulante	476.508	476.508
TOTAL GERAL	2.041	143.500	145.541	TOTAL GERAL	1.227.804	1.227.804

Ativos financeiros em 30/06/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado			Passivos financeiros em 30/06/2024 conforme balanço patrimonial	Consolidado	
	Ativos a valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total		Custo amortizado	Total
Circulante				Circulante		
Caixa e bancos	974	-	974	Fornecedores	67.251	67.251
Aplicações financeiras	305	-	305	Empréstimos e financiam.	399.060	399.060
Contas a receber	-	1.139	1.139	Debêntures	16.652	16.652
Titulos valores mobiliários	-	9	9	Titulos a pagar	124.601	124.601
Outros créditos	-	1.913	1.913	Outras contas a pagar	181.943	181.943
Total circulante	1.279	3.061	4.340	Total circulante	789.507	789.507
Não circulante				Não circulante		
Contas a receber	-	133.999	133.999	Empréstimos e financiam.	217.459	217.459
Titulos valores mobiliários	-	688	688	Debêntures	266.073	266.073
Outros créditos	-	6.579	6.579	Titulos a pagar	14.960	14.960
Total não circulante	-	141.266	141.266	Total não circulante	499.889	499.889
TOTAL GERAL	1.279	144.327	145.606	TOTAL GERAL	1.289.396	1.289.396

Os financiamentos e empréstimos não são contemplados com taxas subsidiadas, todas as operações possuem taxas que são consideradas taxas de mercado.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 5 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	-	1.067	974	1.874
Aplicação financeira	57	25	305	167
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	57	1.092	1.279	2.041

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias nacionais e aplicações financeiras estruturadas em CDBs remunerados por taxas que variam entre 100,0% a 102,0% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI.

Nota 6 - Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Cientes interno (a)	55.672	55.668	226.596	145.738
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(11.074)	(11.074)	(91.458)	(11.073)
	44.598	44.594	135.138	134.665
Circulante	66	62	1.139	666
Não circulante	44.532	44.532	133.999	133.999

a) Sobre esse montante apresentado de clientes interno estão inclusos os valores de R\$ 51.925 e R\$ 145.769, na controladora e no consolidado, respectivamente, que correspondem aos *claims* discutidos judicialmente reconhecidos em 30 de junho de 2021 e em março de 2022, com trânsito em julgado sobre o conhecimento da causa em favor da empresa. Sobre estes montantes, foram reconhecidos nos resultados em 2021/2022 os montantes de R\$ 97.053, líquido dos provisionamentos dos impostos.

O estágio atual dos processos judiciais, nos permitiu apresentar à Auditoria Externa informações suficientes para a realização dos testes de recuperabilidade.

Nota 7 - Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Títulos diversos	9	9	697	697
	9	9	697	697
Circulante	9	9	9	9
Não circulante	-	-	688	688

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 8 – Estoques

	Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023
Produtos em elaboração	4.085	4.061
Insumos e materiais	4.373	4.037
Adiantamentos a fornecedores	2.823	2.327
	11.281	10.425

O saldo de produtos em elaboração refere-se a custos de obras em andamento que foram suportados pelas Companhias coligadas e controladas e que ainda não foram medidos ou cobrados dos clientes; a realização destes valores está condicionada ao cumprimento de etapas de serviços que serão faturados aos clientes ao longo da execução dos projetos (obras).

Nota 9 – Despesas antecipadas

O valor de R\$ 314 mil, refere-se aos pagamentos de despesas que ainda não foram realizadas, como seguros e comissões sobre vendas a apropriar.

Nota 10 - Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar (a)	15	14	54.896	54.691
ICMS a recuperar	-	-	491	3.512
IPI a recuperar	756	756	997	793
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	125	588	302
IRPJ diferido sobre diferenças temporárias (b)	24.317	29.280	59.705	61.464
CSLL diferido sobre diferenças temporárias (b)	8.670	10.519	21.409	22.079
Demais créditos (c)	3.780	3.780	11.655	20.600
	37.538	44.474	149.741	163.441
Circulante	4.375	4.499	68.451	77.272
Não circulante	33.163	39.975	81.290	86.169

- a) O valor no consolidado, refere-se, principalmente a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, conforme Decisão do STF.
- b) Os valores referentes ao imposto de renda e a contribuição social diferido, na controladora, referem-se a diferenças temporárias na elaboração do lucro real, reconhecidos até o limite de 30% do valor dos tributos diferidos registrados no passivo.
- c) Corresponde, em sua maioria, a processos administrativos de pedidos de restituição do INSS recolhidos indevidamente junto a Receita Federal do Brasil e que se encontram em fase de análise.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 11 - Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamento a Empregados	376	362	1.239	878
Outros (b)	3	10	7.253	7.260
Total	379	372	8.492	8.138
Circulante	379	372	1.913	1.559
Não circulante	-	-	6.579	6.579

a) No saldo de R\$ 6.579 no consolidado em 30/06/2024 está incluído valores referentes aos processos judiciais contra diversos clientes com as sentenças em transitado e julgado.

Nota 12 - Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Participação em controladas/coligadas (a)	515.936	566.345	142.946	191.535
Propriedade para Investimentos (b)	-	-	44.053	44.053
Ágio sobre investimentos - Reclassificação do Intangível (c)	391.513	-	-	-
	907.449	566.345	186.999	235.588

a) Participações em Controladas e Coligadas

Controladora

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado da	
							Equivalência 31/12/2023	Equivalência 31/12/2022
Em 31 de dezembro de 2023								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	373.110	1.069.660	135.926	(696.550)	100,00%	-	135.926	(164.797)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	712.907	408.974	(20.169)	303.933	47,07%	143.062	(9.494)	(9.382)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	183.414	12.008	609	171.406	100,00%	171.406	609	(1.098)
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	295.271	43.876	123.440	251.395	100,00%	251.395	123.440	(9.133)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.158	(15)	(9.448)	100,00%	-	(15)	(750)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	27	-	(17)	99,99%	-	-	(5)
Enisa Inovação e Infraestrutura	20.404	3.197	(673)	17.207	0,01%	2	-	2
Fidc Tarânis	615.280	4.462	(4.238)	611.041	18,00%	480	-	-
						566.345	250.466	(185.163)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio Líquido	% de Participação	Valor do Investimento	Resultado da	
							Equivalência 30/06/2024	Equivalência 30/06/2023
Em 30 de junho de 2024								
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.(i)	258.229	1.000.943	(46.107)	(742.714)	100,00%	-	(46.107)	(57.578)
Companhia Brasileira de Diques S.A.(ii)	665.493	282.140	(132.294)	383.353	37,65%	94.532	(50.004)	(4.455)
Penta Participações e Investimento Ltda.(iii)	185.767	14.057	304	171.710	100,00%	171.710	304	348
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	299.413	50.199	(2.184)	249.214	100,00%	249.213	(2.184)	(3.159)
Innovida Participações S.A.	18.710	28.165	(7)	(9.455)	100,00%	-	(7)	(2)
Enisa Energia e Infraestrutura	10	29	(1)	(19)	99,99%	-	(1)	-
Enisa Inovação e Infraestrutura	21.874	5.412	(744)	16.462	0,01%	2	(1)	(1)
Fidc Tarânis	615.280	4.239	(4.238)	611.041	18,00%	480	-	-
						515.936	(98.000)	(64.847)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 31 de dezembro de 2023							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.241	16,66%	-	-
QUIP S.A.	92.181	157.089	(16.554)	64.908	13,25%	-	(2.169)
QGI INC	103.184	85.393	(6.776)	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	156.009	4.329	(596)	151.653	19,53%	29.618	116
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	5.157	(131)	(993)	35,00%	-	(46)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	712.907	408.974	(20.169)	303.933	47,07%	143.061	(9.494)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	183.414	12.008	609	171.406	100,00%	-	-
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A	295.271	43.876	123.440	251.395	100,00%	-	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.158	(15)	(9.448)	100,00%	14.257	(15)
ENNISA ENERGIA E INFRAESTRUTURA	10	27	-	(17)	99,00%	-	-
ENNISA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	20.404	3.197	(673)	17.207	0,01%	-	-
						235.588	(11.608)

Nome	Ativos	Passivos	Resultado	Patrimônio	% de	Valor do	Resultado
				Líquido	Participação	Investimento	Equivalência
Em 30 de junho de 2024							
RIG Oil & Gas	35.596	21.786	(138)	13.241	16,66%	-	-
QUIP S.A.	90.010	6.892	(858)	83.118	13,25%	-	(114)
QGI INC	103.184	85.393	17.595	13.095	20,00%	3.519	-
QGI BRASIL	155.902	4.565	(4)	13.095	19,53%	29.557	(59)
QUEBEC - Constr.Mont.Transp. Estrut.Ltda	-	2.256	14	(1.126)	35,00%	-	(6)
Imóvel de Magé	-	-	-	-	0,00%	44.053	-
FIDC Tarânis ©	-	-	-	-	0,00%	1.080	-
COMPANHIA BRASILEIRA DE DIQUES S A	665.493	282.140	(132.294)	383.353	37,65%	94.532	(50.004)
PENTA PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTO	185.767	14.057	304	171.710	100,00%	-	-
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A	299.413	50.199	(2.184)	249.214	100,00%	-	-
INNOVIDA PARTICIPAÇÕES S A	18.710	28.165	(7)	(9.455)	100,00%	-	-
ENNISA ENERGIA E INFRAESTRUTURA	10	29	(1)	(19)	99,99%	14.257	(1)
ENNISA INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA	21.874	5.412	(744)	16.462	0,01%	2	-
						186.999	(50.183)

	Quantidade de ações possuídas		Participação	Participação
	(em milhares)		em	no capital
	O . N.	P . N.	%	votante em %
Controladas/Coligadas				
IESA - Projetos, Equipamentos. e Montagens S.A.	149.799	-	100,00	100,00
Companhia Brasileira de Diques S.A.	289	-	37,65	37,65
Penta Participações e Investimento Ltda.	230.601	quotas	100,00	100,00
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	246.386	66.035	100,00	100,00
Innovida Participações S.A.	12.541	-	100,00	100,00

(i) **IESA- Projetos, Equipamentos e Montagens S.A:** A Companhia Controladora capitalizou em 2003 essa controlada, mediante a transferência de acervo técnico e máquinas e equipamentos, com base em seus valores de mercados, definidos em laudos de avaliação emitidos por empresa especializada, em 30/04/2003 e 31/05/2003 e Instrumento Particular de Transferência, celebrado em 07/04/2003. A consolidação das demonstrações financeiras,

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são integralmente consideradas na controladora, haja visto que, indiretamente a mesma possui 100% de participação no capital da investida. -

(ii) Companhia Brasileira de Diques S.A: Refere-se à aquisição, em 31/03/2012, de 50% de participação no capital dessa Companhia, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Ações e outras avenças, no valor de R\$ 608.734.

Conforme ata da AGE, de 29/06/2014, foi deliberado sobre o aumento do Capital no montante de R\$986 mediante a emissão de 3.288 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$300,00. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Partbank Consultoria Financeira e Administração de Bens e Participações Ltda. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida para 49,72%.

Conforme ata da AGE de 28/06/2019, foi deliberado sobre o aumento do Capital de R\$2.636 mediante a emissão de 32.705 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$192,13. O referido aumento de capital foi subscrito e integralizado pelo Fator Empreendimentos e Participações Ltda, pelos acionistas João Antonio Lopes Filho e Manoel Horácio Francisco da Silva. Desta forma, a participação da Companhia foi reduzida de 49,72% para 47,07%.

Conforme ata da AGE de 21/06/2024, foi aprovado o aumento do Capital de R\$ 74.999 mediante a emissão de 153.433 novas ações ordinárias nominativas, ao valor unitário de emissão de R\$ 488,81. O aumento de capital foi subscrito pelos atuais acionistas, com exceção da Inepar S/A, desta forma a participação da Inepar foi reduzida de 47,07% para 37,65%.

(iii) Penta Participações e Investimentos Ltda: Refere-se ao investimento realizado na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. em 2004 através da participação acionária mantida na empresa Centrais Elétricas Matogrossenses- CEMAT. Em 11/12/2015, a participação acionária na CEMAT foi transferida para o BNDES para abatimento das dívidas junto a este órgão.

(iv) FIDC Tarânis: em abril de 2019 o Grupo Inepar regularizou o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não – Padronizados (FIDC). O Fundo constituído por cessão de direitos creditórios por ações judiciais ativas tem a finalidade de permutar cotas com passivos do Grupo. A administração da companhia amparada em seus assessores jurídicos (contratados na regularização do fundo para classificação dos direitos creditórios) entende na previsibilidade de que o FIDC pode gerar ganhos que mensurados a valor presente chegam a 619 milhões, valor este de cotas subordinadas apresentadas no fundo.

- b) **Propriedade para Investimentos:** Corresponde ao imóvel localizado na cidade de Magé no Estado do Rio de Janeiro, pertencente à controlada indireta IESA Óleo & Gás S.A., este imóvel está com o valor avaliado pelo valor de mercado. O referido imóvel será utilizado pela empresa para liquidação de passivos juntos aos bancos credores. O laudo de avaliação foi emitido pela empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, em 26/02/2021.
- c) Em 31/03/2024 o valor de R\$ 391.513 referente a Ágio sobre Investimentos foi reclassificado para o grupo de Investimentos na Controladora.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 13 – Imobilizado

Controladora	Edificações e Máquinas e Móveis e Instalações e						Total	
	Terrenos	Benfeitorias	Equipamentos	Utensílios	Ferramentas	Outros		
Taxas anuais de depreciação	0%	25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	10% a 30%		
Em 31 de Dezembro de 2023								
Custo	10.188	155.668	2.955	1	39.337	1.760	209.909	
Depreciação Acumulada	-	(96.977)	(1.451)	-	(39.277)	-	(137.705)	
Valor contábil líquido	10.188	58.691	1.504	1	60	1.760	72.204	
Adições	-	-	-	-	-	-	-	
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	
Depreciação	-	(1.470)	(3)	-	(7)	-	(1.480)	
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	-	-	
Transferências	-	1.820	-	-	(60)	(1.760)	-	
Saldo Final	10.188	59.041	1.501	1	(7)	-	70.724	
Em 30 de Junho de 2024								
Custo	10.188	157.488	2.955	1	39.277	-	209.909	
Depreciação Acumulada	-	(98.447)	(1.454)	-	(39.284)	-	(139.185)	
Valor contábil líquido	10.188	59.041	1.501	1	(7)	-	70.724	
Consolidado								
Taxas anuais de depreciação	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Outras Imobilizações	Total
	0%	4% a 25%	10% a 40%	10%	2% a 10%	1% a 10%	10% a 30%	
Em 31 de Dezembro de 2023								
Custo	17.400	184.504	69.500	4.460	38.276	8.656	3.262	326.058
Depreciação Acumulada	(2.812)	(102.021)	(41.056)	(4.430)	(36.882)	(8.579)	(1.050)	(196.830)
Valor contábil líquido	14.588	82.483	28.444	30	1.394	77	2.212	129.228
Adições	-	19	13	-	65	52	-	149
Baixas	-	(1.715)	(1.009)	-	-	-	(1)	(2.725)
Depreciação	-	(1.649)	(1.522)	(2)	(45)	(12)	-	(3.230)
Baixa da depreciação	-	-	533	-	-	-	-	533
Transferências	-	1.822	-	-	(60)	(1)	(1.761)	-
Saldo Final	14.588	80.960	26.459	28	1.354	116	450	123.955
Em 30 de Junho de 2024								
Custo	14.588	184.630	68.504	4.460	38.281	8.707	1.500	320.670
Depreciação Acumulada	-	(103.670)	(42.045)	(4.432)	(36.927)	(8.591)	(1.050)	(196.715)
Valor contábil líquido	14.588	80.960	26.459	28	1.354	116	450	123.955

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei .638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31/07/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22/12/09 que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

A Companhia realiza testes de recuperabilidade para os ativos intangíveis de vida útil indefinida bem como do imobilizado, não identificando perdas por “impairment”.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Metodologia utilizada para determinar o cálculo da depreciação: A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi à política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens, a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “in loco” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens; e
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado. Neste exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

A redução do saldo do imobilizado ocorreu pela baixa do imóvel de Charqueadas e seus equipamentos, cedido em dação de pagamento ao Banco Badesul, dívida contraída quando da construção das instalações para atendimento ao projeto da Petrobras, conforme contrato assinado entre a Ilesa e a Tupi B.V (“TUPI”) em 26 de julho de 2012, para realizar a construção de unidades de FPSOs (Floating Production Storage and Offloading), que são grandes equipamentos flutuantes utilizados na produção, estocagem e transferência de petróleo, que foi rescindido unilateralmente pela Tupi B.V..

Nota 14 – Intangível

CONTROLADORA	Controladora		
	Marcas e Patentes	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2023			
Custo	254	391.513	391.767
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	3	391.513	391.516
Em 30 de Junho de 2024			
Custo	254	391.513	391.767
Baixa (a)	-	(391.513)	(391.513)
Amortização acumulada	(251)	-	(251)
Valor contábil líquido	3	-	3

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Em 31/03/2024 o valor de R\$ 391.513 referente a Ágio sobre Investimentos foi reclassificado para o grupo de Investimentos na Controladora.

CONSOLIDADO

	Programas de Computador	Software Transf. Inepar Ener.	Ágio sobre Investimentos	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%	0%	
Em 31 de Dezembro de 2023				
Custo	35.000	7	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.943)	(4)	-	(34.947)
Valor contábil líquido	57	3	391.513	391.573
Amortização	(43)	-	-	(43)
Saldo Final	14	3	391.513	391.530
Em 30 de Junho de 2024				
Custo	35.000	7	391.513	426.520
Amortização acumulada	(34.986)	(4)	-	(34.990)
Valor contábil líquido	14	3	391.513	391.530

A avaliação econômica da Companhia Brasileira de Diques S.A.(CBD), foi efetuada por empresa de consultoria e o valor de mercado calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado a valor presente, perpez o valor total de R\$ 1.217.468.

Conforme laudo de avaliação da empresa Appraisal Avaliações e Engenharia, emitido em 26/02/21, o valor da CBD é de R\$ 1.331.871, sendo a participação da Inepar de 37,65% (Ver Nota 12)

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 15 – Instituições financeiras

Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Modalidade				
Ativo Permanente	257.437	249.704	257.437	249.704
Capital de Giro	678	678	141.623	135.246
Total Circulante	258.115	250.382	399.060	384.950

Não Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Modalidade				
Ativo Permanente	180.536	184.978	180.536	184.978
Capital de Giro	36.923	34.976	36.923	34.976
Total Não Circulante	217.459	219.954	217.459	219.954
Total de Empréstimos e Financiamentos	475.574	470.336	616.519	604.904

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Por Data de Vencimento / Em negociação				
Vencidos	258.114	250.382	398.960	384.950
Em até 12 meses	18.877	18.735	18.974	18.735
De 1 a 2 anos	27.582	26.957	27.582	26.957
De 2 a 3 anos	27.582	26.957	27.582	26.957
De 3 a 4 anos	27.582	26.957	27.582	26.957
De 4 a 5 anos	27.582	26.957	27.582	26.957
Acima de 5 anos	88.255	93.391	88.257	93.391
Total de Empréstimos e Financiamentos	475.574	470.336	616.519	604.904

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Por Tipo de Moeda				
Reais - R\$	475.574	470.336	616.519	604.904
Dólar Norte-Americano - R\$	-	-	-	-
Total de Empréstimos e Financiamentos	475.574	470.336	616.519	604.904

Os saldos de empréstimos e financiamentos estão sendo negociados diretamente com os Bancos credores sendo os efeitos conhecidos somente quando da conclusão dessas negociações, alinhadas com o andamento da recuperação judicial.

As principais garantias dos empréstimos e financiamentos a pagar correspondem a notas promissórias, avais e garantias dos sócios, equipamentos e direitos sobre contratos de clientes, bem imóveis que atualmente não estão sendo utilizados pela Empresa, tais como imóveis Magé e Macaé.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 16 - Debêntures (Controladora)

Emissão	Empresa	31/12/2023	Adições/Baixas	30/06/2024
3ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	2.515	2	2.517
4ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	5.422	311	5.733
5ª Emissão	Inepar S.A. Indústria e Construções	263.251	11.224	274.475
		271.188	11.537	282.725
Circulante		15.996		16.652
Não circulante		255.192		266.073

Quinta emissão Inepar S.A. Indústria e Construções: A 80ª AGE, de 18/07/2012, aprovou a emissão de 15.000 debêntures de série única, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$10 totalizando o montante de R\$150.000. As Debêntures são objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 07/12/1976.

Foi assinado Instrumento Particular de Transação em 30 de março de 2021 com os debenturistas da 5ª emissão de debêntures, e respectivo aditamento de 25 de maio de 2021, para proceder com as alterações das seguintes condições e características das Debêntures, emitida por meio do Instrumento Particular de Escritura da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real Representada por Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Aplicação Financeira e Alienação Fiduciária de Bem Imóvel da Companhia (a) Data de Vencimento das Debêntures e, conseqüentemente, do seu prazo de vencimento; (b) Juros Remuneratórios; e (c) cronograma de pagamentos dos Juros Remuneratórios e amortização das Debêntures; d) constituição de nova garantia, representada por alienação fiduciária de 172.560 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e sessenta) cotas subordinadas de emissão do Taranis - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados.

Nota 17- Obrigações fiscais e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Parcelamento Transação Individual PGFN (a)	182.190	176.850	330.972	320.523
ICMS a recolher	44.327	43.743	59.781	58.715
Inss a recolher	45	43	267	43
Pis/Cofins Diferidos	4.938	4.938	22.780	22.780
ISS a recolher/Parcelamentos	9.515	9.363	32.979	33.969
Pis/Cofins a recolher	914	799	5.253	4.567
Provisão IR/ CSLL	-	-	2.020	-
Impostos e Contribuições retidos na fonte	1.787	1.528	3.470	3.025
Parcelamento Simplificado RFB	3.222	2.884	3.432	3.073
Parcelamento Trans.Excepcional	801	789	1.464	1.456
Parcelamento Edital PGDAU	-	-	1.592	1.608
Outros	1.557	1.526	5.255	5.353
	249.296	242.463	469.265	455.112
Circulante	67.107	65.614	136.661	132.909
Não circulante	182.189	176.849	332.604	322.203

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Refere-se ao parcelamento efetuado através da Transação individual, conforme Lei nº 13.988, de 20 de dezembro de 2020, Portaria PGFN 9.917, de 2020.

O parcelamento na modalidade “demais débito” devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas, com redução de juros e multas de até 70% de cada inscrição.

Quanto ao parcelamento da modalidade “débitos previdenciários” devidos à PGFN foram parcelados em 60 parcelas, também com redução de até 70% das parcelas. O primeiro pagamento ocorreu em dezembro de 2021.

Os ganhos obtidos na referida operação no montante de R\$ 1.358.361 consolidado através do Termo de Transação Individual foram contabilizados em contrapartida da conta de resultado “Recuperação de Despesas – Transação Individual”, no exercício de 2021.

Foi diferida nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a compensação de parte dos débitos da Transação Tributária Individual efetivada em 29/12/2021 pela Inepar e pelas suas controladas, com a utilização dos créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante consolidado de R\$ 720,7 milhões e na controladora o montante de R\$ 360,2 milhões, os quais foram registrados em contrapartida do IR e CS Diferido no resultado do exercício.

Os vencimentos dos débitos previdenciários irão ocorrer a partir de setembro de 2025, enquanto os débitos dos demais impostos a partir de março de 2025.

Esta compensação ocorreu em dezembro de 2023, e os valores da utilização dos créditos fiscais estão considerados nas demonstrações financeiras deste balanço.

Desta forma, estes pagamentos regularizaram as parcelas da Transação Individual que estavam em atrasos, permitindo assim que a empresa apresente uma regularidade fiscal.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 18 - Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Salários a pagar	549	653	2.249	2.664
Rescisões a pagar	705	683	70.237	70.190
FGTS a recolher	4.466	4.251	46.938	45.791
Sesi/ Senai	-	-	14.415	15.017
Provisões de férias e 13º salário	746	673	3.648	2.943
IRRF a recolher	872	757	6.728	5.805
INSS a recolher	2.303	1.805	12.689	10.050
Outras obrigações a recolher	134	131	235	169
	9.775	8.953	157.139	152.629
Circulante	9.775	8.953	157.139	152.629

Nota 19 - Provisão de Custo e Encargos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
ICMS s/Receitas	2.303	2.303	2.303	2.303
	2.303	2.303	2.303	2.303
Não circulante	2.303	2.303	2.303	2.303

Nota 20 - Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	30	-	36.011	33.143
Adições/Baixas	(30)	30	2.737	2.868
Saldo Final	-	30	38.748	36.011

Os saldos dos adiantamentos, referem-se aos sinais recebidos por conta de vendas de produtos ou serviços, deduzidos dos valores contabilizados em receitas pelo avanço físico, bem como o total dos faturamentos antecipados.

Nota 21 - Tributos diferidos

21.1. Tributos Diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferida foram calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias ou até o limite do valor registrado de tributos diferidos passivos.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferidos durante o exercício são as seguintes:

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Controladora					
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos			
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de Reavaliação	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2023	39.799	39.799	11.342	19.691	296	31.329
Constituição dos Tributos	6.125	6.125	1.762	-	67	1.829
Baixa dos Tributos	(12.937)	(12.937)	-	(171)	-	(171)
Em 30 de Junho de 2024	32.987	32.987	13.104	19.520	363	32.987

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Consolidado						
	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos				
	Diferenças Temporárias	Total	Impostos s/Reserva de	Outros Impostos Diferidos	Custo Atribuído	Revisão de Vida Útil	Total
Em 31 de dezembro de 2023	85.922	85.922	11.342	43.549	12.542	11.648	79.081
Constituição dos Tributos	9.446	9.446	1.762	-	-	789	2.551
Baixa dos Tributos	(14.254)	(14.254)	-	-	(262)	(256)	(518)
Em 30 de Junho de 2024	81.114	81.114	13.104	43.549	12.280	12.181	81.114

21.2. Despesas com tributos sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Prejuízo Antes dos Tributos sobre o Lucro	(146.566)	(142.628)	(150.558)	(144.703)
IRPJ / CSLL Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
Total Tributos	-	-	-	-
Ajustes Apuração Alíquota Efetiva				
Adições/Exclusões	93.098	22.047	46.838	(1.805)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(98.000)	(22.047)	(50.183)	1.574
IRPJ / CSLL no Resultado	(4.902)	-	(3.345)	(231)
Tributos Correntes	-	-	-	-
Tributos Diferidos	(4.902)	-	(3.345)	(231)
Alíquota Efetiva	-3,34%	0,00%	2,22%	0,16%

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Neste exercício foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado e R\$ 360,2 milhões na controladora.

Nota 22 - Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado e os valores relativos às operações envolvendo as empresas inclusas no processo de consolidação já se encontram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas uma vez que se compensam. Os principais saldos das operações estão assim demonstrados em 30/06/2024 nas demonstrações financeiras da Controladora:

Ativo Não Circulante	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Empresas				
Delft Administração e Participações S.A	-	-	7.431	7.250
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	6	6	23	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	81	48	3.962	2.179
IESA - Óleo & Gás S.A.	-	-	746	746
IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	213.313	215.384	-	2
IESA Transportes S.A.	4.526	4.522	-	-
Inepar Administração e Participações S.A.	-	-	3.632	3.451
QUIP S.A.	-	-	520	520
Veipar Veic.Import	1.066	938	1.071	938
RJA G.Empresarial	8.139	7.159	8.139	7.159
Afac Inepar Innovida Latin America S.A.	6	6	6	6
Afac Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	5.400	3.900	3.900
Afac Penta Participações S.A.	9.896	9.891	-	-
	242.433	243.354	29.430	26.173
Passivo Não Circulante				
Empresas				
Cia Brasileira de Diques S.A.	23.766	9.321	53.820	35.826
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	23	22
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	3.962	2.179
IESA Óleo & Gás S/A	29.704	31.102	746	746
Inepar Administração e Participações S.A.	82.653	80.369	82.653	80.369
Inepar DTVM	10	10	10	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A.	252.819	252.838	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	5.840	5.832
Penta Participações e Investimentos Ltda	155.491	155.492	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	28.350	28.350
Demais Empresas	9	10	59	56
	544.452	529.142	175.463	153.390
Liquido entre Ativo e Passivo	302.019	285.788	146.033	127.217

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contas Correntes: A tabela a seguir, apresenta a movimentação das contas correntes com empresas controladas, coligadas e da controladora, e demonstra a variação monetária líquida dos saldos de contratos remanescentes. As taxas utilizadas nos contratos são pré-fixadas e refletem o custo de captação de recursos no mercado. O saldo é exigível a qualquer tempo para as Companhias controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A. e IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

ATIVO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	Saldo 31/12/2023	Adições/ Baixas/ Var.	Saldo 30/06/2024	Saldo 31/12/2023	Adições/ Baixas/ Var.	Saldo 30/06/2024
Empresas						
Delft Administração e Participações S.A	-	-	-	7.250	181	7.431
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	6	-	6	22	1	23
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	48	33	81	2.179	1.783	3.962
IESA - Óleo & Gás S.A	-	-	-	746	-	746
IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.	215.384	(2.071)	213.313	2	(2)	-
IESA Transportes S.A.	4.522	4	4.526	-	-	-
Inepar Adm. e Participações S.A. - Conversão Quirog	-	-	-	3.451	181	3.632
QUIP S.A	-	-	-	520	-	520
Veipar Veic.Import.	938	128	1.066	938	133	1.071
RJA G.Empresarial	7.159	980	8.139	7.159	980	8.139
AFAC - Inepar Innovida Latin America S.A.	6	-	6	6	-	6
AFAC - Inepar Innovida Participações S.A.	5.400	-	5.400	3.900	-	3.900
AFAC - Penta Participações Ltda.	9.891	5	9.896	-	-	-
	243.354	(921)	242.433	26.173	3.257	29.430
PASSIVO						
Cia. Brasileira de Diques S.A.	9.321	14.445	23.766	35.826	17.994	53.820
Enisa - Energia e Infraestrutura S/A	-	-	-	22	1	23
Enisa - Inovação e Infraestrutura S/A	-	-	-	2.179	1.783	3.962
IESA Óleo & Gás S/A	31.102	(1.398)	29.704	746	-	746
Inepar Administração e Participações S/A	80.369	2.284	82.653	80.369	2.284	82.653
Inepar DTVM	10	-	10	10	-	10
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. (a)	252.838	(19)	252.819	-	-	-
Inepar Innovida Participações S.A.	-	-	-	5.832	8	5.840
Penta Participações e Investimentos Ltda (b)	155.492	(1)	155.491	-	-	-
QGI Brasil S.A.	-	-	-	28.350	-	28.350
Demais Empresas	10	(1)	9	56	3	59
	529.142	15.310	544.452	153.390	22.073	175.463
Líquido entre Ativo e Passivo	285.788		302.019	127.217		146.033

- a) Refere-se à transferência de direitos sobre ativos financeiros utilizados pela Companhia para liquidação da alienação de 50% da participação na Companhia Brasileira de Diques.
- b) Refere-se, principalmente, ao valor do investimento nas Centrais Elétricas Matogrossense S.A.-CEMAT alienado pela controlada Penta a favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, pelo valor de R\$155.492, conforme decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através do processo nº 1010111-27.2014.8.26.0037. Este valor foi utilizado para amortização de parte da dívida da Inepar junto ao BNDES.

A Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Consequentemente os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que tem obtidos de transações efetuadas apenas com partes relacionadas.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 23 - Provisão para contingências

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e civil. Para estes processos, a Companhia apresentou defesa administrativa e judicial e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que a provisão para contingência constituída para os processos cuja perda é considerada como provável é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destas contingências está suportada por depósitos judiciais relacionados aos processos em discussão.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	73.745	60.016	180.637	163.205
Adições/Baixas	-	13.729	-	17.432
Saldo Final	73.745	73.745	180.637	180.637

	30/06/2024		31/12/2023		30/06/2024		31/12/2023	
	CONTROLADORA		CONTROLADORA		CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável	Possível	Provável
Trabalhistas	905	19.258	905	19.258	113.965	72.949	113.965	72.949
Tributárias	181.898	35.066	181.898	35.066	276.432	52.674	276.432	52.674
Cíveis	414.352	19.421	414.352	19.421	563.624	54.931	563.624	54.931
Outras	-	-	-	-	-	83	-	83
	597.155	73.745	597.155	73.745	954.022	180.637	954.022	180.637

Trabalhistas: Reclamatórias trabalhistas vinculadas em sua maioria a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes no consolidado montam em R\$ 113.965 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalho técnico-jurídico desenvolvido nas ações.

Tributárias: Representadas basicamente por autuações estaduais e federais e pedidos de restituição ou compensação de tributos, que se encontra em processo de julgamento, que de acordo com nossos Consultores Fiscais, apresenta possibilidade de reduções de valores com prescrição de acordo com a Súmula Vinculante nº 08 e aplicação várias legislações vigentes, neste exercício também provisionamos os valores que estão em fase de parcelamentos junto à Receita/PGFN.

Cíveis: Na maior parte compostas por ações de execução, cobrança e indenização.

Nota 24 - Provisão para passivo a descoberto

Refere-se à provisão do passivo a descoberto no montante de R\$ 752.318 (R\$ 706.146 em 31/12/2023) para as controladas IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A e Inepar Innovida Participações S.A, sendo que no consolidado apresenta o valor de R\$ 12.339 (R\$ 12.157 em 31/12/2023), referentes as empresas que não consolidam na controlada lesa Óleo & Gás S/A.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 25 - Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Delft Administração e Participações S.A	-	-	5.816	5.753
Obrigações imóvel Macaé	3.000	3.000	3.000	3.000
Provisões diversas obrigações a pagar (a)	5.630	7.519	10.860	12.276
Outras contas a pagar (a)	23.846	25.375	140.758	126.211
Acordos a pagar (b)	22.906	22.905	22.906	22.905
	55.382	58.799	183.340	170.145
Circulante	55.382	58.799	181.943	168.783
Não circulante	-	-	1.397	1.362

- a) Refere-se, principalmente, ao registro das obrigações constituídas para atender aos acordos efetuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- b) Refere-se ao acordo assinado com a Itiquira Energética S.A, através da empresa Swiss Re Corporate Brasil Seguros, para o encerramento do litígio entre Itiquira e Inepar, objeto da execução nº 0135394-63.2006.8.26.0100, em trâmite na 34ª vara cível do fórum central da capital.

Nota 26 - Patrimônio líquido

- a) **Capital Social:** O Capital Social integralizado é de R\$ 543.687 formado por 31.978.720 ações ordinárias e 12.627.232 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito ao voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do art. 17 da Lei n.º 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei n.º 10.303/01. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art.202 da Lei n.º 6.404/76.

Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

- b) **Reserva de Capital:** As Reservas de Capital apresentam o saldo de R\$ 184.417 e está assim composta:

Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$83.978, mediante a emissão particular de 23.732.367 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.271 e R\$ 79.707 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foi autorizado o aumento de capital no valor de R\$ 79.614, mediante a emissão particular de 22.499.035 ações ordinárias, sendo destinado à conta de capital o valor de R\$ 4.049 e R\$ 75.565 para a formação de reserva de capital.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme a 88ª AGE, de 12/08/2019 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 28.185, mediante a emissão particular de 398.266 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 3.165, e R\$ 25.020 para a formação de reserva de capital.

Conforme a 95ª AGE, de 20/05/2024 foi autorizado o aumento do capital no valor de R\$ 5.124, mediante a emissão particular de 289.642 ações ordinárias sendo destinado a conta de capital o valor de R\$ 999, e R\$ 4.125 para a formação de reserva de capital.

c) Reserva de Reavaliação- (i) De Ativos Próprios- É constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por peritos avaliadores independentes. (ii) Nas Sociedades Controladas e Coligadas – os saldos são compostos pelo reflexo da reavaliação do investimento na empresa Penta Participações e Investimentos Ltda. e pelas reavaliações de bens dos ativos imobilizados contabilizados pelas controladas Inepar Equipamentos e Montagens S.A e IESA-Projetos, Equipamentos e Montagens S.A, com base em laudos firmados por peritos avaliadores independentes.

A realização da reserva, proporcional à depreciação incorrida sobre os bens reavaliados ou quando ocorre a sua alienação, é integralmente transferida para lucros acumulados. A Companhia decidiu pela manutenção dos saldos das reservas de reavaliações constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, tendo em vista que os valores contábeis estão inferiores aos de mercado, até a sua efetiva realização.

d) Debêntures Perpétuas: As debêntures perpétuas apresentam o saldo de R\$ 231.404 e estão assim compostos:

- Conforme a 84ª AGE, de 25/11/2015, foram autorizadas a 6ª e 7ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 167.234 para a 6ª emissão e de R\$ 66.433 para a 7ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 85ª AGE, de 28/12/2015, foram autorizadas a 8ª e 9ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada, com valor nominal de R\$1,00(um real) para cada uma, cujo valor total de emissão foi de R\$ 10.268 para a 8ª emissão e de R\$3.926 para a 9ª emissão, as quais serão subscritas e integralizadas mediante a conversão dos créditos existente para cada credor.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019, foi autorizado a emissão 10ª emissão de debêntures perpétuas da primeira série, da espécie subordinada, sem garantias, para colocação privada e quantidade de debêntures 121.550 e valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$121.550, tendo sido utilizado o montante de R\$ 115.045 O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização.

- Conforme a 88ª AGE de 12/08/2019 foi autorizado a emissão 11ª emissão de debêntures perpétuas. As debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia a qualquer tempo. Quantidade de debêntures: 6.507 mil, com valor unitário de R\$100, perfazendo o montante de R\$ 6.507, tendo sido utilizado o montante de R\$ 6.471. O saldo encontra-se em carteira aguardando a sua utilização,

- Para as debêntures perpétuas das 7ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão, temos um saldo a converter de R\$ 7.167, que serão utilizadas para as próximas conversões.

Conversões realizadas das debentures em ações:

-Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 337 de 25/10/2018 – Valor de R\$ 937 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 338 de 18/12/2018 – Valor de R\$ 74 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 341 de 15/02/2019 – Valor de R\$ 84 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 342 de 28/03/2019 – Valor de R\$ 453 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/7ª/8ª e 9ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 344 de 01/07/2019 – Valor de R\$ 472 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/ 8ª e 9ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 347 de 31/01/2020 – Valor de R\$ 2.625 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 348 de 03/07/2020 – Valor de R\$ 13.986 referente a conversão das debêntures perpétuas da 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 351 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 116 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 7ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 353 de 13/11/2020 – Valor de R\$ 473 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 354 de 07/05/2021 – Valor de R\$ 2.957 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª/8ª/9ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 360 de 29/10/2021 – Valor de R\$ 4.888 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 363 de 11/01/2022 – Valor de R\$ 26.296 referente a conversão das debêntures perpétuas da 1ª a 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 367 de 27/05/2022 – Valor de R\$ 12.214 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 369 de 27/09/2022 – Valor de R\$ 12.640 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 371 de 14/12/2022 – Valor de R\$ 6.778 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 373 de 30/03/2023 – Valor de R\$ 1.336 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 8ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 377 de 25/07/2023 – Valor de R\$ 29.663 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 379 de 29/09/2023 – Valor de R\$ 508 referente a conversão das debêntures perpétuas da 8ª, 10ª e 11ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 381 de 17/11/2023 – Valor de R\$ 15.655 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª e 10ª emissão.
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 383 de 26/02/2024 – Valor de R\$ 1,3 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão
- Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 386 de 04/04/2024 – Valor de R\$ 61 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.
- Ata de AGE nº 95 de 20/05/2024 – Valor de R\$ 5.124 referente a conversão das debêntures perpétuas da 6ª emissão.

e) Créditos quirografários a converter: Com base no parecer dos nossos consultores jurídicos efetuamos a reclassificação, para o patrimônio líquido, dos créditos que não mais representam passivos para a Companhia e serão obrigatoriamente convertidos em debêntures perpétuas e ou ações a serem emitidas oportunamente pela Companhia, perfazendo o montante de R\$ 16.914. Estes créditos ainda não foram convertidos em função de

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

divergências de valores que estão sendo discutidos com os credores. Os valores nesta rubrica foram registrados com base na melhor estimativa da Companhia.

- f) **Ajustes de avaliação patrimonial:** Apresenta o saldo de R\$ 819.330, sendo que neste valor está incluído o montante de R\$ 782.105, referente aos ganhos nas conversões dos passivos quirografários em debêntures perpétuas da 7^a, 9^a e 11^a emissão, cujas conversões foram efetuadas de acordo com as escrituras destas emissões. Estes ganhos foram classificados no patrimônio líquido com base em parecer contábil do Professor Eliseu Martins, onde está entendido que as debêntures devem ser consideradas como instrumentos patrimoniais, tendo em vista que elas não geram a obrigação da companhia de entregar caixa ou outro instrumento financeiro.

g) **Destinação do Lucro:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia.

Nota 27 - Resultado por ação (Confirmar quantidade de ações)

O resultado básico e diluído por lote de mil ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Numerador		
Resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Resultado disponível aos acionistas preferenciais	(46.605)	(91.886)
Resultado disponível aos acionistas ordinários	(107.298)	(53.048)
	<u>(153.903)</u>	<u>(144.934)</u>
Denominador (em unidades de ações)		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	12.627.232	12.627.232
Quantidade de ações ordinárias emitidas	31.978.720	24.059.043
Total	<u>44.605.952</u>	<u>36.686.275</u>
Lucro/(Prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações		
Ação preferencial	(3,6909)	(4,2011)
Ação ordinária	(3,3554)	(3,8192)

Conforme aviso aos acionistas de 22 de junho de 2021, a empresa efetuou o desdobramento das ações de emissão da companhia, na proporção de 01 (uma) ação ordinária e ou preferencial para 20 (vinte) ações da mesma espécie, sem alteração no valor do capital social.

Conforme Aviso aos Acionistas, emitido em 15 de maio de 2023, foi efetuado o agrupamento das ações na proporção de 5(cinco) ações atuais para 1(uma)ação da mesma espécie e classe.

Nota 28- Receita operacional líquida

	Consolidado	
	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Vendas Mercado Interno/Prestação de Serv.	3.263	3.096
(-) Impostos sobre as Vendas	(641)	(530)
Receita de Vendas	<u>2.622</u>	<u>2.566</u>

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 29 - Despesas e receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Despesas Financeiras				
Juros sobre impostos e contribuições	(15.245)	(27.697)	(24.265)	(58.108)
Juros / despesas bancárias	(20.485)	(43.174)	(41.429)	(64.215)
Outras despesas financeiras	(1.582)	-	(1.877)	(45)
Variações cambiais	-	-	-	(44)
Total	(37.312)	(70.871)	(67.571)	(122.412)
Receitas Financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	1	1	19	15
Outras receitas financeiras	28	1.883	587	2.321
Variações cambiais	99	-	99	-
Total	128	1.884	705	2.336
Total Líquido	(37.184)	(68.987)	(66.866)	(120.076)

Nota 30 - Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Outras Despesas Operacionais				
IOF	(161)	(1)	(256)	(51)
Outras despesas tributárias	(69)	(13)	(9.079)	(290)
Outras despesas Operacionais	(4.442)	(583)	(6.481)	(2.012)
Ociosidade (b)	-	-	(1.619)	(1.818)
Total das despesas operacionais	(4.672)	(597)	(17.435)	(4.171)
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de provisões diversas	3.017	194	3.017	1.238
Recuperação Despesas	16	8	1.085	2.920
Receitas de aluguel	738	145	1.227	1.510
Outras receitas	7	-	20	58
Total das receitas operacionais	3.778	347	5.349	5.726
	(894)	(250)	(12.086)	1.555

- a) Refere-se aos valores a receber de processos judiciais correspondentes aos pleitos contra diversos clientes, com decisão transitado em julgado, com créditos constituídos em fase de execução a favor da empresa, bem como a provisão dos impostos.
- b) Referem-se aos custos de produção diretos e indiretos não absorvidos pela fábrica em função da pequena quantidade de projetos contratados.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 31 – Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	31/12/2023	30/06/2024	31/12/2023
Processos Trabalhistas	2.880	2.880	13.091	13.033
Processos Cíveis (a)	47.248	47.181	60.951	61.433
Processos Tributários	1.234	1.233	1.657	1.233
	51.362	51.294	75.699	75.699

- a) Nos valores do consolidado de processos cíveis encontra-se incluídos os depósitos judiciais referentes aos recebimentos da arbitragem aos valores correspondentes aos recebimentos do processo de Furnas.

Nota 32 - Cobertura de seguros (não auditada)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA Projetos, Equipamentos e Montagens S.A.

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Nota 33 - Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Salários	871	937	5.772	6.011
Gastos Previdenciários	274	284	1.191	108
Total	1.145	1.221	6.963	6.119

Nota 34 - Remuneração do pessoal-chave da administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas, foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2024	30/06/2023	30/06/2024	30/06/2023
Remuneração de Conselheiros	138	118	402	375
Remuneração de Diretores	362	423	1.444	1.550
Total	500	541	1.846	1.925

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 35 - Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22. A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

	Serviços industriais	
	30/06/2024	30/06/2023
Receita bruta total	3.263	3.096
Impostos/Deduções	(641)	(530)
Custos dos Produtos e Serviços	(4.936)	(5.127)
Total	(2.314)	(2.561)

Os custos incorridos neste exercício, referem-se principalmente aos gastos complementares dos Consórcios dos projetos já encerrados, bem como referentes aos serviços executados a terceiros pelas controladas IESA Projetos e Enisa.

Nota 36 – Tratativas que irão gerar eventos subsequentes

a) A Administração da Companhia está em fase busca de parceiros e negociações com a intenção de realizar as operações abaixo especificadas com o objetivo de manter a continuidade da Empresa com geração de fluxo de caixa positivo para atender as obrigações constantes do Plano de Recuperação Judicial, bem como as obrigações extraconcursais e operacionais correntes;

b) Alienação das ações da UPI IPM e IOG conforme descrito na Nota 1.1;

c) Dação em pagamento para Instituições Financeiras do imóvel situado no município de Magé;

d) Já constituído o FIDC (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), com a integralização de ativos em fase de negociação dos créditos. Estes créditos serão utilizados principalmente para liquidação de passivos juntos aos bancos credores, O FIDC foi constituído com créditos superiores a R\$ 1 bilhão, sendo considerado para fins de conversão em cotas o valor estimativo de recebimentos de R\$ 619 milhões.

e) A Companhia está com um programa constante para redução dos custos operacionais visando adequar as despesas com a nova realidade econômica da atual conjuntura.

f) Intensificação dos trabalhos na área comercial com a conquista de novos clientes e novos mercados, bem como foco total nos mercados core.

g) Busca de capital de giro para dar suporte aos investimentos de novos projetos, bem como a retomada das atividades.

h) Continuar na monetização de ativos financeiros, na busca de recursos.

Inepar S.A. Indústria e Construções (em Recuperação Judicial) e controladas
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota 37 - Eventos subsequentes

Conforme fato relevantes de 06 de agosto de 2024, informa que foi concedido pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial de São Paulo o prazo de 60 dias corridos para que a Euroinvest, proceda com o pagamento do preço de aquisição das UPI's, IPM e IOG, no montante de US\$ 153 Milhões.

DIRETORIA EXECUTIVA:

Vago – Diretor Presidente
Irajá Galliano Andrade – Diretor Administrativo Financeiro
Manacesar Lopes dos Santos - Diretor de Relações com Investidores

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

André de OMS
Carlos Alberto Del Claro Gloger
Rodolfo Andriani
Irajá Galliano Andrade
José Bonifácio Pinto Junior
Augusto Araújo de OMS
Hugo Fagundes de Lima Queiroz

CONTADOR: Jair Malpica – CPF 667.583.788-53 – CRC-1SP100417/O-6



Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Trimestrais (ITR) Individuais e Consolidadas

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial

Curitiba - PR

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da **Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e *ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações Intermediárias Individuais e Consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfases

Coisa Julgada em Matéria Tributária

Sem ressaltar nossa opinião, conforme Ofício-Circular Nº 1/2023/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, em face da decisão do STF sobre coisa julgada em matéria tributária, que considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Sendo assim, foi avaliado junto aos seus assessores jurídicos se há outros tributos que se enquadrem na definição contida na decisão proferida, com trânsito em julgado favorável à Companhia e que possuam decisão desfavorável no STF, e foi identificado que não goza de nenhum objeto de causa impactado por essas decisões.

Reconhecimento de recebíveis

Conforme mencionado na nota explicativa “6”, foi registrado contabilmente, em 30 de junho de 2021, na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções – Em Recuperação Judicial e nas controladas: Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial e IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. – Em Recuperação Judicial, recebíveis (claims) no montante de R\$ 145.769 mil (no consolidado). Chamamos a atenção para o fato de que a companhia nos apresentou o teste de recuperabilidade desses ativos, baseado no atual andamento dos processos, e na firme posição dos assessores jurídicos quanto a sua recuperabilidade (realização), através da classificação da probabilidade de recebimento como “praticamente certo”, uma vez que todos os processos judiciais possuem trânsito em julgado a favor da Companhia. Todavia, temos incerteza apenas quanto ao prazo (momento) de recebimento desses valores, uma vez que dependem dos trâmites para as respectivas liquidações das sentenças judiciais.

Incerteza relevante quando à continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa “1”, às demonstrações financeiras individuais e consolidadas findas em 30 de junho de 2024, da controladora e algumas de suas controladas, estão em recuperação judicial (RJ) desde o ano de 2014. O plano de recuperação judicial apresentado por ambas companhias foi aprovado pelos credores e homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no ano de 2015. Essas demonstrações financeiras individual e consolidada foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, os quais preveem a liquidação de suas obrigações no curso normal de suas atividades. Assim, em 30 de junho de 2024 as demonstrações financeiras apresentam resultado negativo de R\$ 153.906 mil e passivo circulante superior ao ativo circulante de R\$ 1.026.529 mil, no consolidado. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia está em encerramento, existem certos eventos ou condições, juntamente com outros assuntos, que indicam a existência de incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Por outro lado, a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Saldos contábeis e transações mantidos com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa “22”, a Companhia e suas Controladas mantém relações e operações em condições específicas e em montantes significativos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.



Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Na data de 16 de dezembro de 2021 ocorreu o deferimento do parcelamento efetuado através do Termo de Transação Individual com a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/20 e Portaria PGFN nº 9.917/20.

Os débitos federais devidos à PGFN foram parcelados em 120 parcelas e os débitos previdenciários em 60 parcelas, ambos com redução de juros e multas em até 70% de cada uma das inscrições.

Essa operação gerou um ganho que representa R\$ 1.358 mil, em 2021, registrado em contrapartida das contas de resultado da Companhia, em “Outras Receitas e Despesas Operacionais”, conforme disposto na nota explicativa “29”. A manutenção do referido acordo junto a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional está condicionada ao cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

No exercício de 2023, foram reconhecidos os créditos dos prejuízos fiscais utilizados para liquidação parcial do parcelamento da transação individual, conforme previsto nos termos da Portaria PGFN nº 6757, de 29 de julho de 2022, e Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, no montante de R\$ 720,7 milhões no consolidado.

Outros Assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis a elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 14 de agosto de 2024.

GEORGE
ANGNES:68
097760959

Assinado de forma digital por GEORGE ANGNES:68097760959
Dados: 2024.08.14 15:10:29 -03'00'

Müller & Prei Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 6.472/O-1

George Angnes
Contador CRC-PR nº 42.667/O-1

Declaração dos Diretores sobre Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

Curitiba/PR, 14 de Agosto de 2024.

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Inepar S/A. Indústria e Construções – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob nº 76.627.504/0001-06, estabelecida na Alameda Dr. Carlos de Carvalho, nº 373, Conjunto 1101, 11º andar, Centro, na cidade de Curitiba-PR, DECLARA, por seus diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, parágrafo 1º, inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram e discutiram o parecer dos auditores independentes, e declaram que compreendem os critérios técnicos utilizados pelos auditores para emissão do parecer, porém entendem que a empresa apresenta as condições necessárias para a continuidade das suas operações, de acordo com o que diz o próprio parecer dos auditores independentes *“a Companhia vem realizando sua carteira de projetos junto aos clientes, bem como monetizando parte de seus ativos, principalmente quanto aos “Claims” e, com esses recursos, pagando suas despesas operacionais e liquidando as obrigações do Plano de Recuperação Judicial. Tais fatores, à medida que forem sendo efetivados, contribuirão para o aumento da ocupação da capacidade fabril, a níveis satisfatórios e ao encerramento do processo de recuperação judicial.”* conforme demonstrado ao longo do Relatório e principalmente no Balanço projetado.

Sempre respeitando as orientações dos nossos Auditores Independentes Muller & Prei, a Administração da empresa, com o compromisso de máxima transparência e realidade do nosso relatório, se permite esclarecer e adicionar informações de grande importância, consubstanciadas em notas explicativas e técnicas, além de documentação apensadas, permitindo o exercício de um Balanço gerencial que demonstra a situação real das empresas, com a consideração de tais informações factuais.

Curitiba/PR, 14 de Agosto de 2024.

Iraja Galliano Andrade
Diretor Administrativo Financeiro

Manacesar Lopes dos Santos
Diretor de Relações com Investidores